



# Sumário

*Prefácio à 22ª edição, xxvii*

*Prefácio à 21ª edição, xxix*

*Prefácio à 20ª edição, xxxi*

*Prefácio à 1ª edição, xxxiii*

## **PARTE I – DIREITO FINANCEIRO, 1**

### **1 INTRODUÇÃO, 3**

1.1 Conceito de atividade financeira do Estado, 3

1.2 Fins da atividade financeira, 4

1.2.1 Serviços públicos, 5

1.2.2 Poder de polícia, 6

1.2.3 Intervenção no domínio econômico, 8

1.3 Ciência das finanças e o estudo da atividade financeira sob o enfoque econômico, 15

### **2 DIREITO FINANCEIRO, 17**

2.1 Conceito e objetos do direito financeiro, 17

2.2 Autonomia do direito financeiro, 18

2.3 Relacionamento com os demais ramos do direito, 20

### **3 DESPESAS PÚBLICAS, 21**

3.1 Conceito, 21

- 3.2 Necessidades das despesas públicas, 22
- 3.3 Classificação das despesas públicas, 23
- 3.4 Execução das despesas públicas, 25
  - 3.4.1 Pagamento de precatório, 26
- 3.5 Execução de despesas extraordinárias, 34
- 3.6 Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal, 36
  
- 4 RECEITAS PÚBLICAS, 37
  - 4.1 Conceito, 37
  - 4.2 Classificação das receitas públicas, 38
    - 4.2.1 Receitas originárias, 41
      - 4.2.1.1 Conceito, 41
      - 4.2.1.2 Modalidades de receitas originárias segundo as fontes, 41
      - 4.2.1.3 Princípios constitucionais concernentes a empresas estatais, 43
      - 4.2.1.4 Teoria sobre preços públicos. Sua distinção com as taxas, 45
      - 4.2.1.5 Pedágio e sua natureza jurídica, 48
    - 4.2.2 Receitas derivadas, 51
      - 4.2.2.1 Conceito, 51
      - 4.2.2.2 Espécies de tributos, 51
      - 4.2.2.3 Princípios constitucionais tributários, 52
      - 4.2.2.4 Repartição das receitas tributárias, 52
      - 4.2.2.5 Regras concernentes à repartição das receitas, 53
    - 4.2.3 Multa, 59
  - 4.3 Compensação financeira, 60
    - 4.3.1 Generalidades, 60
    - 4.3.2 Sua instituição legal, 61
    - 4.3.3 Sua natureza jurídica, 62
  - 4.4 Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal, 65
  
- 5 ORÇAMENTO, 66
  - 5.1 Conceito, 66
  - 5.2 Natureza jurídica do orçamento, 68
  - 5.3 Processo legislativo, 70
  - 5.4 Aspectos políticos do orçamento, 72
  - 5.5 Aspectos econômicos do orçamento, 73
  - 5.6 Princípios orçamentários, 74
    - 5.6.1 Princípio da exclusividade, 74
    - 5.6.2 Princípio da programação, 75
    - 5.6.3 Princípio do equilíbrio orçamentário, 76

- 5.6.4 Princípio da anualidade, 77
- 5.6.5 Princípio da unidade, 78
- 5.6.6 Princípio da universalidade, 78
- 5.6.7 Princípio da legalidade, 79
- 5.6.8 Princípio da transparência orçamentária, 79
- 5.6.9 Princípio da publicidade orçamentária, 80
- 5.6.10 Princípio da não vinculação de receita de impostos, 80
- 5.6.11 Princípio da especialidade dos incentivos fiscais, 82
- 5.6.12 Princípio da responsabilidade na gestão fiscal, 83
- 5.6.13 Outros princípios, 85
- 5.7 Leis orçamentárias, 85
  - 5.7.1 Orçamento plurianual, 86
  - 5.7.2 Lei de diretrizes orçamentárias, 87
  - 5.7.3 Orçamento anual, 88
  - 5.7.4 Lei complementar. Lei nº 4.320, de 17-3-1964, 90
  - 5.7.5 Instituição de fundos, 92
  - 5.7.6 Atentados à lei orçamentária, 95
- 5.8 Fiscalização e controle dos orçamentos, 96
  - 5.8.1 Tipos de controle, 101
    - 5.8.1.1 Controle interno, 101
    - 5.8.1.2 Controle externo, 103
    - 5.8.1.3 Controle privado, 105
- 5.9 Tribunal de Contas da União, 106
  - 5.9.1 Introdução, 106
  - 5.9.2 Composição, 107
  - 5.9.3 Atribuições, 108
- 5.10 Tribunais de contas nos Estados e nos Municípios, 114
- 5.11 Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, 116
- 6 CRÉDITO PÚBLICO, 120
  - 6.1 Conceito, 120
  - 6.2 Evolução histórica, 123
  - 6.3 Classificação do crédito público, 124
    - 6.3.1 Empréstimo perpétuo e empréstimo temporário, 124
    - 6.3.2 Dívida pública flutuante e dívida pública fundada, 124
    - 6.3.3 Empréstimos internos e empréstimos externos, 125
    - 6.3.4 Créditos compulsórios e créditos voluntários, 126
    - 6.3.5 Classificação constitucional, 128

- 6.3.6 Vinculação da receita de impostos, 129
- 6.4 Crédito forçado, 134
  - 6.4.1 Técnicas do crédito involuntário, 134
  - 6.4.2 Utilização de fundos de estabelecimentos, 135
  - 6.4.3 Papel-moeda, 136
  - 6.4.4 Inflação sistemática, 137
- 6.5 Crédito voluntário, 138
  - 6.5.1 Prêmios de reembolso, 138
  - 6.5.2 Juros progressivos, 139
  - 6.5.3 Moeda e empréstimos indexados, 139
  - 6.5.4 Títulos da dívida pública, 140
  - 6.5.5 Lotos, 140
  - 6.5.6 Conversão, 141
- 6.6 Crédito público na Constituição Federal, 141
- 6.7 Crédito externo. Considerações gerais, 145
  - 6.7.1 FMI e Birde, 147
- 6.8 Dívida externa brasileira, 148
- 6.9 Banco Central e finanças públicas, 152
- 7 DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PERTINENTES E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR, 155
  - 7.1 Disposições da Constituição Federal, 155
  - 7.2 Ato das disposições constitucionais transitórias, 166
  - 7.3 Emenda Constitucional nº 10/96 – FEF, 167
    - 7.3.1 Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000 – FCEP, 170
    - 7.3.2 Fundos estadual e municipal de combate à pobreza, 172
  - 7.4 Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, 173
  - 7.5 Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, 197
  - 7.6 Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, 201
  - 7.7 Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, 212
  - 7.8 Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, 219
  - 7.9 Resoluções do Senado Federal, 227
    - 7.9.1 Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, 227
    - 7.9.2 Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, 230
    - 7.9.3 Resolução nº 23, de 11 de abril de 1996, 248
  - 7.10 Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, 249
  - 7.11 Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, 297

**PARTE II – DIREITO TRIBUTÁRIO, 299****8 INTRODUÇÃO, 301**

- 8.1 Evolução do fenômeno da tributação, 301
- 8.2 Conceito de direito tributário, 302
- 8.3 Autonomia do direito tributário, 303
- 8.4 Relações do direito tributário com outros ramos do direito, 304
- 8.5 Fontes do direito tributário, 305
  - 8.5.1 Fontes materiais, 305
  - 8.5.2 Fontes formais, 305
    - 8.5.2.1 Normas constitucionais e emendas constitucionais, 306
    - 8.5.2.2 Leis complementares, 306
    - 8.5.2.3 Leis ordinárias, 306
    - 8.5.2.4 Leis delegadas, 307
    - 8.5.2.5 Medidas provisórias, 307
    - 8.5.2.6 Decretos legislativos, 309
    - 8.5.2.7 Resoluções, 309
    - 8.5.2.8 Tratados e convenções internacionais, 310
    - 8.5.2.9 Decretos, 312
    - 8.5.2.10 Fontes formais secundárias, 313

**9 SISTEMA TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO, 314**

- 9.1 Generalidades, 315
- 9.2 Tributos, 316
  - 9.2.1 Definição de tributos. Sua natureza jurídica, 316
  - 9.2.2 Espécies de tributos, 318
    - 9.2.2.1 Impostos, 319
    - 9.2.2.2 Taxas, 320
    - 9.2.2.3 Contribuição de melhoria, 322
    - 9.2.2.4 Empréstimos compulsórios, 323
    - 9.2.2.5 Contribuições sociais, 324
      - 9.2.2.5.1 Contribuições sociais do art. 149 da CF, 327
      - 9.2.2.5.2 Contribuições sociais do art. 195 da CF, 336
      - 9.2.2.5.3 Emendas Constitucionais nºs 20/98, 45/04 e 47/05, 360
      - 9.2.2.5.4 Contribuição social dos servidores públicos, 362
      - 9.2.2.5.5 Contribuição social do salário-educação, 369
      - 9.2.2.5.6 Contribuição para o seguro de acidentes do trabalho, 371

- 9.2.2.5.7 Contribuições sociais sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), 374
- 9.3 Competência tributária, 376
  - 9.3.1 Discriminação de rendas tributárias, 376
  - 9.3.2 Limitações constitucionais do poder de tributar, 377
    - 9.3.2.1 Princípio da legalidade tributária, 378
    - 9.3.2.2 Princípio da anterioridade e princípio da nonagesimidade, 379
    - 9.3.2.3 Princípio da isonomia tributária, 382
    - 9.3.2.4 Princípio da capacidade contributiva, 383
    - 9.3.2.5 Princípio da vedação de efeitos confiscatórios, 385
    - 9.3.2.6 Princípio da imunidade recíproca, 387
    - 9.3.2.7 Princípio da imunidade genérica e específica, 390
      - 9.3.2.7.1 Imunidade genérica de impostos, 390
      - 9.3.2.7.2 Imunidade da contribuição social para a seguridade social, 397
      - 9.3.2.7.3 Imunidade da contribuição social sobre o lucro líquido, 398
    - 9.3.2.8 Princípio da imunidade de tráfego interestadual e intermunicipal, 399
    - 9.3.2.9 Princípio da uniformidade de tributo federal em todo o território nacional, 400
    - 9.3.2.10 Princípio da uniformidade de tributo estadual ou municipal quanto à procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza, 401
    - 9.3.2.11 Princípio da igualdade de tratamento dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e dos vencimentos pagos pelas três entidades políticas, 401
    - 9.3.2.12 Princípio da imunidade do imposto sobre a renda relativamente a proventos de aposentadoria e pensão percebidos por pessoas com idade superior a 65 anos, 402
    - 9.3.2.13 Princípio da vedação de a União decretar isenção de impostos das entidades periféricas, 403
    - 9.3.2.14 Princípio da imunidade de pequenas glebas rurais, 404
    - 9.3.2.15 Princípios implícitos, 405
  - 9.4 Impostos da União, 405
    - 9.4.1 Imposto de importação e imposto de exportação, 406
    - 9.4.2 Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, 408
    - 9.4.3 Imposto sobre produtos industrializados, 417
    - 9.4.4 Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários, 421
    - 9.4.5 Imposto sobre a propriedade territorial rural, 423

- 9.4.6 Imposto sobre grandes fortunas, 425
- 9.4.7 Impostos extraordinários, 426
- 9.4.8 Impostos inominados, 426
- 9.4.9 Imposto provisório sobre movimentação financeira, 427
- 9.5 Impostos estaduais, 432
  - 9.5.1 Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos, 432
  - 9.5.2 Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, 437
  - 9.5.3 Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, 460
  - 9.5.4 Adicional do imposto sobre a renda, 462
- 9.6 Impostos municipais, 462
  - 9.6.1 Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, 463
  - 9.6.2 Imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, 469
  - 9.6.3 Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel, 474
  - 9.6.4 Imposto sobre serviços de qualquer natureza, 474
    - 9.6.4.1 Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, 479
- 9.7 Regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, 496
- 10 LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, 502
  - 10.1 Leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares, 502
    - 10.1.1 Leis, 502
    - 10.1.2 Tratados e convenções internacionais, 503
    - 10.1.3 Decretos, 505
    - 10.1.4 Normas complementares, 505
  - 10.2 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária, 506
    - 10.2.1 Vigência da legislação tributária, 506
    - 10.2.2 Aplicação da legislação tributária, 506
    - 10.2.3 Interpretação da legislação tributária, 508
    - 10.2.4 Integração da legislação tributária, 509
- 11 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, 514
  - 11.1 Definição e espécies, 514
  - 11.2 Elementos da obrigação tributária, 515
    - 11.2.1 Lei, 515
    - 11.2.2 Fato gerador, 516

- 11.2.2.1 Elemento objetivo do fato gerador, 517
- 11.2.2.2 Aspecto subjetivo do fato gerador, 517
- 11.2.2.3 Aspecto quantitativo do fato gerador, 520
- 11.2.2.4 Aspecto espacial do fato gerador, 520
- 11.2.2.5 Aspecto temporal do fato gerador, 521
- 11.2.3 Fatos geradores confrontantes, 522
- 11.3 Responsabilidade tributária, 522
  - 11.3.1 Princípio e requisitos, 523
  - 11.3.2 Responsabilidade dos sucessores, 525
  - 11.3.3 Responsabilidade de terceiros, 528
  - 11.3.4 Responsabilidade por infrações, 531
  - 11.3.5 Denúncia espontânea, 533
- 12 CRÉDITO TRIBUTÁRIO, 535
  - 12.1 Conceito e natureza jurídica, 535
  - 12.2 Constituição do crédito tributário pelo lançamento, 536
    - 12.2.1 Lançamento direto, 538
    - 12.2.2 Lançamento misto, 539
    - 12.2.3 Lançamento por homologação, 539
  - 12.3 Suspensão do crédito tributário, 543
    - 12.3.1 Moratória, 543
    - 12.3.2 Depósito do montante integral do crédito, 546
    - 12.3.3 Reclamações e recursos administrativos, 546
    - 12.3.4 Concessão de liminar em mandado de segurança, 546
    - 12.3.5 Parcelamento, 547
  - 12.4 Extinção do crédito tributário, 547
    - 12.4.1 Pagamento, 548
    - 12.4.2 Demais modalidades, 549
      - 12.4.2.1 Compensação, 549
      - 12.4.2.2 Transação, 552
      - 12.4.2.3 Remissão, 553
      - 12.4.2.4 Prescrição e decadência, 554
      - 12.4.2.5 Conversão de depósito em renda, 564
      - 12.4.2.6 Pagamento antecipado e homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 150, §§ 1º e 4º, 565
      - 12.4.2.7 Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 164, 565



- 12.4.2.8 Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, 566
- 12.4.2.9 Decisão judicial passada em julgado, 566
- 12.4.2.10 Dação em pagamento em bens imóveis, 567
- 12.5 Exclusão de crédito tributário, 568
  - 12.5.1 Isenção, 568
  - 12.5.2 Anistia, 569
- 12.6 Garantias e privilégios do crédito tributário, 571
- 13 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, 577
  - 13.1 Considerações gerais, 577
  - 13.2 Fiscalização, 580
    - 13.2.1 Sigilo bancário, 583
  - 13.3 Dívida ativa, 588
  - 13.4 Certidões negativas, 590
- 14 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, 593
  - 14.1 Considerações gerais, 593
    - 14.1.1 Normas básicas sobre o processo administrativo, 595
  - 14.2 Processo administrativo tributário federal, 596
  - 14.3 Processo administrativo tributário estadual, 604
  - 14.4 Processo administrativo tributário municipal, 607
  - 14.5 Consulta em matéria tributária, 610
- 15 PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO, 613
  - 15.1 Considerações gerais, 613
    - 15.1.1 Tutela antecipatória, 614
  - 15.2 Execução fiscal, 617
  - 15.3 Ação anulatória em matéria fiscal, 624
  - 15.4 Ação de repetição de indébito, 625
  - 15.5 Ação declaratória em matéria fiscal, 632
  - 15.6 Ação de consignação em pagamento, 632
  - 15.7 Mandado de segurança, 633
  - 15.8 Medidas cautelares em matéria fiscal, 639
  - 15.9 Ação direta de inconstitucionalidade, 640
  - 15.10 Ação declaratória de constitucionalidade, 645
  - 15.11 Medida cautelar fiscal, 647

- 16 PUNIBILIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, 649
  - 16.1 Ilícito tributário, 649
  - 16.2 Direito tributário penal e direito penal tributário, 650
  - 16.3 Crimes tributários, 655
    - 16.3.1 Lei nº 4.729/65, 655
    - 16.3.2 Lei nº 8.137/90, 656
  - 16.4 Extinção da punibilidade, 659
    - 16.4.1 Retroatividade da lei benigna, 659
    - 16.4.2 Anistia, 662
    - 16.4.3 Evolução legislativa, 667
  - 16.5 A questão da prejudicialidade da ação penal, 672
  - 16.6 Considerações finais, 674
  
- 17 LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR E PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA, 677
  - 17.1 Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, 677
  - 17.2 Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, 680
  - 17.3 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 683
  - 17.4 Lei nº 8.866, de 11 de abril de 1994, 685
  - 17.5 Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, 688
  - 17.6 Lei Complementar nº 65, de 15 de abril de 1991, 703
  - 17.7 Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, 705
  - 17.8 Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 709
  - 17.9 Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 739
  - 17.10 Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, 744
  - 17.11 Lei Complementar nº 118, de 9 de fevereiro de 2005, 759
  
- 18 SÚMULAS DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO, 762
  - 18.1 Súmula vinculante, 762
  - 18.2 Súmulas do Supremo Tribunal Federal, 765
    - 18.2.1 Súmula vinculante do STF, 779
  - 18.3 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, 781
  
- 19 REFORMA TRIBUTÁRIA. BREVES CRÍTICAS À PEC 233/08, 790
  - 19.1 Proposta de Emenda à Constituição nº 233/08, 790
  - 19.2 Breves críticas e sugestões, 806

*Bibliografia*, 815

*Índice remissivo*, 819